



**VANGUARDACAP CAPITALIZAÇÃO S.A.**

**Demonstrações Financeiras Intermediárias**

30 DE JUNHO DE 2022

## Demonstrações Financeiras Intermediárias

30 de junho de 2022

### Índice

Relatório da Administração.....	02
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias .....	03
Balancos patrimoniais .....	07
Demonstração dos resultados.....	09
Demonstração de resultados abrangentes .....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstração dos fluxos de caixa .....	12
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias.....	13



## Vanguardacap Capitalização S.A.

### Relatório da Administração

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

Senhores Acionistas,

#### 1. Contexto geral

Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras intermediárias (Demonstrações) da **Vanguardacap Capitalização S.A.** (Companhia), relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2022, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Nessas Demonstrações, a Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

#### 2. Desempenho nas operações de capitalização

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do plano de negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A Administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

No primeiro semestre, o resultado com capitalização alcançou R\$ 412 (R\$ 90 no mesmo período do ano anterior). As despesas administrativas foram de R\$ 253 (R\$ 125 no mesmo período do ano anterior). As receitas financeiras, líquidas das despesas financeiras, foram de R\$ 1.267 (R\$ 151 no mesmo período do ano anterior).

A Companhia é administrada de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e riscos, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021. A Companhia mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas na ordem de R\$ 13.112, em 30 de junho de 2022, representando 122% de suficiência de capital.

#### 3. Auditores independentes

A KPMG Auditores Independentes presta serviços de auditoria externa à Companhia, relacionados aos exames de suas Demonstrações.

#### 4. Agradecimento

A Vanguardacap Capitalização S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio.

**Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022.**

**A Administração.**



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras intermediárias

**Aos Administradores e Acionistas da  
Vanguardacap Capitalização S.A.  
Rio de Janeiro - RJ**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras intermediárias da Vanguardacap Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vanguardacap Capitalização S.A. em 30 de junho de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras intermediárias e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Provisão de Sorteios a Pagar

Veja as Notas 3.8 e 7 das demonstrações financeiras intermediárias

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria endereçou esse assunto
<p>Conforme apresentado nas notas explicativas nº 3.8 e 7 às demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia possui Provisão de Sorteios a Pagar ("PSAP").</p> <p>Devido à importância da Provisão de Sorteios a Pagar ("PSAP") para o entendimento das demonstrações financeiras por parte dos usuários, além da natureza e relevância quantitativa da rubrica, que representa 39% do total dos passivos da Companhia em 30 de junho de 2022, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- entendimento dos controles chave relacionados ao processo de determinação e mensuração da Provisão para Sorteios a Pagar ("PSAP").</li><li>- efetuamos a conciliação das bases de dados operacionais com os respectivos saldos contábeis e, por meio de amostragem, testamos a integridade e precisão dos dados contidos nas bases de dados utilizadas nos cálculos atuariais.</li><li>- com o suporte técnico de nossos especialistas na área atuarial, avaliamos a consistência dos dados, o fluxo da provisão de sorteios a pagar e taxas de juros, utilizadas na mensuração da PSAP, bem como efetuamos, o recálculo independente da referida provisão técnica partindo das bases de dados operacionais.</li></ul> <p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram também a avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias consideraram todas as informações relevantes.</p>

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras intermediárias e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras intermediárias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras intermediárias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras intermediárias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras intermediárias

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras intermediárias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras intermediárias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras intermediárias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras intermediárias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras intermediárias como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras intermediárias. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras intermediárias: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras intermediárias com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras intermediárias são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras intermediárias.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras intermediárias como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras intermediárias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

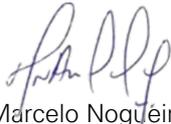
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras intermediárias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras intermediárias, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras intermediárias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 25 de agosto de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Nogueira de Andrade  
Contador CRC RJ-086312/O-6

**Balancos patrimoniais**

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	31/12/2021
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>24.115</b>	<b>23.764</b>
<b>Disponível</b>	<b>161</b>	<b>105</b>
Caixa e bancos	161	105
<b>Aplicações</b>	<b>Nota 5</b> <b>23.886</b>	<b>23.184</b>
Títulos de renda fixa - públicos	23.886	23.184
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>68</b>	<b>475</b>
Títulos e créditos a receber	10	-
Créditos tributários e previdenciários	Nota 6	475
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>324</b>	<b>201</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>158</b>	<b>201</b>
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>158</b>	<b>201</b>
Créditos tributários e previdenciários	Nota 6	114
Depósitos judiciais e fiscais	Nota 9.1	87
<b>Intangível</b>	<b>166</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>24.439</b>	<b>23.965</b>

**Balancos patrimoniais**

30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021.

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	31/12/2021	
<b>PASSIVO</b>			
<b>CIRCULANTE</b>	<b>10.979</b>	<b>11.127</b>	
<b>Contas a pagar</b>	<b>205</b>	<b>96</b>	
Obrigações a pagar	76	19	
Impostos e encargos sociais a recolher	12	11	
Impostos e contribuições	117	66	
<b>Provisões técnicas - capitalização</b>	<b>Nota 7</b>	<b>10.774</b>	<b>11.031</b>
Provisão para resgates	1.330	1.407	
Provisão para sorteio	9.444	9.624	
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>123</b>	<b>295</b>	
<b>Contas a pagar</b>	<b>115</b>	<b>93</b>	
Obrigações a pagar	5	5	
Outras contas a pagar	Nota 9.2	110	88
<b>Outros débitos</b>	<b>8</b>	<b>202</b>	
Provisões judiciais	Nota 9.3	8	202
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>Nota 10</b>	<b>13.337</b>	<b>12.543</b>
Capital social	12.000	12.000	
Reservas de lucros	543	543	
Lucro líquido do semestre	794	-	
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>24.439</b>	<b>23.965</b>	

**Demonstração dos resultados**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

		30/06/2022	30/06/2021
Custo de aquisição	Nota 12.1	(22)	(29)
Outras receitas operacionais	Nota 12.2	434	119
<b>RESULTADO COM OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO</b>		<b>412</b>	<b>90</b>
<b>Despesas administrativas</b>	<b>Nota 12.3</b>	<b>(253)</b>	<b>(125)</b>
<b>Despesas com tributos</b>	<b>Nota 12.4</b>	<b>(121)</b>	<b>(59)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>Nota 12.5</b>	<b>1.267</b>	<b>151</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>1.305</b>	<b>57</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES</b>		<b>1.305</b>	<b>57</b>
Imposto de renda	Nota 13	(314)	(5)
Contribuição social	Nota 13	(196)	(9)
Participações sobre o lucro		(1)	(2)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>		<b>794</b>	<b>41</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>12.000.000</b>	<b>12.000.000</b>
<b>Lucro líquido do semestre por ação – R\$</b>	<b>Nota 10.1</b>	<b>0,0001</b>	<b>0,003</b>



Vanguardacap Capitalização S.A.

### Demonstração dos resultados abrangentes

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE</b>	<b>794</b>	<b>41</b>
<b>TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE</b>	<b>794</b>	<b>41</b>



Vanguardacap Capitalização S.A.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucro				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>12.000</b>	<b>239</b>	<b>777</b>	<b>-</b>	<b>13.016</b>
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	41	41
<b>Saldos em 30 de junho de 2021</b>	<b>12.000</b>	<b>239</b>	<b>777</b>	<b>41</b>	<b>13.057</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>12.000</b>	<b>260</b>	<b>283</b>	<b>-</b>	<b>12.543</b>
Lucro Líquido do semestre	-	-	-	794	794
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>12.000</b>	<b>260</b>	<b>283</b>	<b>794</b>	<b>13.337</b>

### Demonstração dos fluxos de caixa

Para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e de 2021.

(Em milhares de Reais)

	30/06/2022	30/06/2021
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>794</b>	<b>41</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização	6	-
Varição das provisões técnicas - capitalização	(173)	38
Varição dos impostos sobre o lucro	450	39
<b>Varição nas contas patrimoniais:</b>		
Aplicações	(702)	363
Créditos tributários e previdenciários	478	71
Outros ativos	(29)	13
Outras contas a pagar	80	46
Provisões técnicas - capitalização	(84)	(454)
Provisões judiciais	(194)	18
<b>Caixa gerado pelas operações</b>	<b>626</b>	<b>175</b>
Impostos sobre o lucro pagos	(399)	(20)
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>227</b>	<b>155</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Intangível	(171)	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(171)</b>	<b>-</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	-	(75)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>-</b>	<b>(75)</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>56</b>	<b>80</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre</b>	<b>105</b>	<b>122</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre</b>	<b>161</b>	<b>202</b>

## Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

### 1. Contexto operacional

A Vanguardacap Capitalização S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na capital do Estado do Rio de Janeiro, no Aqwa Corporate, à Avenida Oscar Niemeyer, 2000, 18º ao 21º, Santo Cristo, e está autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar em todas as unidades da federação e tem por objeto operar com planos de capitalização, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades.

A Vanguardacap Capitalização S.A. é tratada pelo termo “Companhia” e o termo “Grupo Icatu” é usado para tratar o conjunto formado pela Icatu Seguros S.A. (Icatu Seguros) e suas controladas, a qual a Companhia faz parte.

A Companhia faz parte do Grupo Icatu, onde as empresas atuam de forma integrada e com o objetivo de obterem o maior nível de sinergia possível, sendo que os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização no ano de 2018 e atualmente se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em *run off*, na forma do Plano de Negócios submetido e aprovado pela SUSEP. A Administração manterá a empresa para outras oportunidades de negócios.

### 2. Base de preparação e divulgação

As demonstrações financeiras individuais intermediárias (Demonstrações) foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP. Essas práticas contábeis estão contidas no conjunto de normas emitidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), onde se destacam a Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021 e a Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021, sendo esta última a que aprova a adoção dos pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), na íntegra ou com especificidades, para essas companhias.

As Demonstrações estão apresentadas em consonância com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular e seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelos Pronunciamentos CPC 21(R1) – Demonstrações Intermediárias e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando, portanto, as Demonstrações foram preparadas com base nesse princípio.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas Demonstrações evidenciam todas as informações relevantes, utilizadas na sua gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente entre os períodos apresentados.

As Demonstrações foram autorizadas para emissão pela diretoria em 25 de agosto de 2022.

### **2.1. Base de mensuração**

As Demonstrações foram preparadas com base no custo histórico, exceto quanto aos seguintes itens, reconhecidos à valor justo:

- Caixa e equivalentes de Caixa (nota 3.3).
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota 5).
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP (nota 3.8 e 7).

### **2.2. Moeda funcional e de apresentação**

As atividades da Companhia são desenvolvidas em um ambiente que adota o Real (R\$) como moeda funcional e de apresentação e, portanto, essas Demonstrações são expressas nessa mesma moeda, arredondados em milhares (R\$000), exceto quando indicado de outra forma.

## **3. Resumo das principais práticas contábeis**

As práticas contábeis apresentadas na sequência, foram aplicadas de maneira consistente para todos os períodos apresentados nessas Demonstrações.

### **3.1. Apuração do resultado**

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e as principais explicações sobre a sua constituição estão apresentadas a seguir.

- A receita com títulos de capitalização é registrada quando da emissão dos respectivos títulos.
- O reconhecimento das despesas de provisão matemática, provisão de sorteio e demais custos necessários à comercialização dos títulos acompanha a forma de contabilização dos títulos emitidos. A Companhia mantém as provisões técnicas atualizadas monetariamente até a data da efetiva liquidação.
- Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos.

### **3.2. Balanço patrimonial**

- A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante, a cada data de elaboração das Demonstrações, com o objetivo de classificar como ativo ou passivo não circulante o montante que ultrapassar o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base.
- Os títulos e valores mobiliários a valor justo por meio do resultado estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento.
- Os ativos e passivos sujeitos à atualização monetária são atualizados com base nos índices que constam em seus respectivos contratos ou àqueles definidos em leis específicas.
- Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante, e os passivos de provisões técnicas acompanham suas características e objetivos.
- Tributos diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e não são ajustados à valor presente.

### **3.3. Caixa e equivalentes de caixa**

São representados por depósitos bancários sem vencimento e instrumentos financeiros não utilizados na garantia das provisões técnicas, contidos em fundos exclusivos, com vencimento original de três meses ou menos a partir da data de contratação e que são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

### **3.4. Instrumentos financeiros**

A Companhia mantém a avaliação de seus instrumentos financeiros, em consonância com os pronunciamentos técnicos nº 38, 39, 40 (R1) e 46 do CPC, dado que a SUSEP ainda não aprovou a nova versão da norma de instrumentos financeiros, o CPC 48. Os critérios de classificação, mensuração e avaliação adotados pela Companhia e embasados nessas normas são descritos a seguir:

#### **3.4.1. Mensurados ao valor justo por meio do resultado**

Os instrumentos financeiros classificados nessa categoria são aqueles cujo propósito da Companhia é negociá-los ativa e frequentemente e, portanto, são sempre classificados no ativo circulante e mensurados a valor justo. Os rendimentos e oscilações no valor justo são registrados contabilmente no resultado. A Companhia não tem derivativos nos períodos apresentados nas Demonstrações.

#### **3.4.2. Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros registrados nas rubricas “Crédito das operações”, “Títulos e créditos a receber” e “Outros créditos a receber”, com recebimento fixo ou determináveis e não cotados em mercado ativo. Inicialmente são mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação. Posteriormente esse valor se torna o custo amortizado e são ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável.

### **3.5. Redução ao valor recuperável**

Os instrumentos financeiros têm perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor, pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado do período, em contrapartida de uma conta redutora do ativo correspondente e se um evento subsequente indica reversão dessa perda, é feita a respectiva reversão também no resultado do período.

### **3.6. Depósitos judiciais e fiscais**

Estão contabilizados na rubrica “Depósitos judiciais e fiscais”, no ativo não circulante e os rendimentos e atualizações monetárias sobre os depósitos judiciais e fiscais são reconhecidos no resultado, na rubrica “Resultado financeiro”. Os depósitos judiciais fiscais são atualizados monetariamente pela SELIC, enquanto os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis pela Taxa Referencial (TR) + 0,5% (mensal).

### **3.7. Tributos correntes e diferidos**

O registro contábil do imposto de renda e contribuição social ativo e passivo, correntes e diferidos, é feito com base em cálculos pelas alíquotas vigentes na data-base das demonstrações financeiras. Adições e exclusões previstas na legislação em vigor, bem como compensações de créditos tributários, são aplicados, quando cabíveis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos refletem os efeitos das diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. O reconhecimento desses tributos é feito com base nas expectativas da Administração sobre a realização dos resultados fiscais tributáveis futuros e sobre certas diferenças temporárias, cujas expectativas estão baseadas em projeções elaboradas e aprovadas para períodos de até dez anos.

Para efeito de apresentação nas Demonstrações, os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos são compensados quando há o direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

### **3.8. Provisões técnicas**

#### **3.8.1. Provisão para resgates (PR)**

A provisão representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base das Demonstrações, acrescidos mensalmente do índice de correção previsto no plano até a data do efetivo pagamento.

#### **3.8.2. Provisão de sorteios a pagar (PSAP)**

A provisão corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos atualizados monetariamente entre a data do sorteio e a data da efetiva liquidação.

#### **3.8.3. Prescrição de títulos (PPS)**

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil. Em regra, os títulos são prescritos em 5 anos. Porém, para casos específicos, a Companhia concedeu a prorrogação do prazo de prescrição por mais 5 anos.

### **3.9. Dividendos**

O registro contábil dos dividendos nas Demonstrações acontece quando são efetivamente distribuídos ou quando têm sua distribuição aprovada pelos acionistas, em uma assembleia geral, o que ocorrer primeiro. O Conselho de Administração aprecia as demonstrações anuais e apresenta à assembleia geral a proposta de distribuição do resultado do período. O registro contábil desses dividendos é refletido no patrimônio líquido da Companhia, sendo àqueles obrigatórios reconhecidos como passivo circulante. Os dividendos obrigatórios podem deixar de ser pagos, se tal determinação for decidida em assembleia geral, obedecendo as exigências legais, em casos específicos.

### **3.10. Estimativas contábeis**

A elaboração das Demonstrações requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (nota 5); (ii) provisões judiciais (nota 9); (iii) provisões técnicas de capitalização (nota 7); (iv) créditos tributários e previdenciários (nota 6).

Essas premissas foram revisadas, no mínimo, anualmente. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

### **3.11. Novas normas e interpretações contábeis ainda não efetivas**

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

#### **3.11.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros**

O pronunciamento visa a substituir a IAS 39 - Instrumentos Financeiros (CPC 38): Reconhecimento e Mensuração. O CPC 48 é aplicável para instrumentos financeiros, em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o IAS 39 até 01 de janeiro de 2023, conforme isenção temporária do CPC 11 – Contratos de Seguros. A Companhia realizou o teste requerido na isenção temporária e adotará de forma retrospectiva em 01 de janeiro de 2023, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. Adicionalmente, a SUSEP ainda não aprovou o CPC 48.

O novo normativo está estruturado para abranger os pilares (I) classificação e mensuração de ativos financeiros; (II) redução ao valor recuperável e (III) contabilização de cobertura (*hedge accounting*).

#### **3.12. Provisões judiciais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com os conceitos estabelecidos pelo “CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”. Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto a qualquer tempo, mediante qualquer alteração, de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com a tabela aplicada pelo respectivo Tribunal cuja ação encontra-se tramitando.

A Companhia adota o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável. As obrigações legais, independente dos prognósticos existentes, são contabilizadas em sua totalidade, dada a característica de serem questionamentos relativos à ilegalidade ou inconstitucionalidade de tributos, contribuições e outras obrigações de natureza fiscal, pois os tributos são devidos, os valores são líquidos e certos e, portanto, provável que haja um descaixe para este pagamento. Essa é a melhor estimativa na data-base das Demonstrações, até que uma decisão judicial a altere, favoravelmente à Companhia.

As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica “Outras contas a pagar – obrigações fiscais”, no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela taxa SELIC. O reconhecimento dessas obrigações independe do prognóstico de perda.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias

proferidas. Legalmente será arbitrado após toda instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acórdão.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são atribuídos às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada e estão contabilizados no grupo “Outros débitos”.

Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que as ações sejam julgadas favoravelmente à Companhia em caráter definitivo e quando a probabilidade de realização do ativo seja provável.

#### **4. Gestão de risco**

A Estrutura de Gestão de Riscos “EGR”, conforme definição dada na Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas.

Para cumprir sua finalidade, a EGR utiliza o sistema de controles internos, que é o processo executado pelas unidades operacionais presentes em todas as linhas de defesa e orientadas para o desempenho das atribuições de controle interno na Companhia.

Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados no Grupo Icatu, sendo que tanto os itens de estrutura quanto de processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia.

#### **4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos**

##### **4.1.1. Principais riscos associados**

###### **4.1.1.1. Risco de crédito**

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelas contrapartes de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

A análise da qualidade de crédito é baseada em uma classificação em “investimentos de alto risco” e “investimentos de baixo risco”, conforme *rating* nacional de longo prazo atribuído pelas agências externas de classificação de riscos: Standard and Poor’s, Fitch e Moody’s. Na hipótese de uma emissão não receber classificação de nenhuma das agências aqui consideradas, ela será considerada, automaticamente, como de alto risco.

Em 30 de junho de 2022, o montante de R\$ 23.886 / 100% (R\$ 23.184 / 100% em 31 de dezembro de 2021), estão alocados em títulos emitidos pelo Tesouro Nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA).

Em 2022 e 2021 não há posição em créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

#### 4.1.1.2. Risco de mercado

Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de materialização de perdas resultantes de oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado dentro da estrutura do Grupo Icatu. O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk (VaR)*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica da carteira de investimentos que possui com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados. Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a área de gestão de riscos, e revista anualmente.

A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR* paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de estresse para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de estresse da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do *VaR* é de 1 (um) mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia EWMA (médias móveis exponencialmente ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com lambda variando conforme fator de risco.

(II) DV01 (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

Em 30 de junho de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 as análises de sensibilidade dos fatores de risco resultaram em valor nulo para as variáveis de risco *VaR* e DV01.

No quadro a seguir é apresentado o fator de decaimento lambda da metodologia EWMA.

Fatores de risco	30/06/2022	31/12/2021
	EWMA	EWMA
Pré-fixado	0,95	0,88

#### 4.1.1.3. Risco de liquidez

Refere-se à possibilidade de as empresas não terem capacidade de converter seus ativos em recursos líquidos para honrarem os pagamentos de suas obrigações, esperadas e inesperadas, dentro da data estabelecida e

**Vanguardacap Capitalização S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

sem incorrer em perdas significativas, devido à eventual ausência ou descontinuidade de negociação do mercado ou ao seu tamanho em relação ao volume normalmente transacionado.

O monitoramento do risco de liquidez tem como objetivo minimizar o risco da necessidade da venda antecipada de ativos, o que pode vir a exigir um desconto em seu valor, em especial em momentos adversos do mercado, bem como viabilizar a execução de processos de desinvestimentos em que não é possível realizar antecipação, ainda que houvesse desconto do seu valor.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de capitalização detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

<b>30/06/2022</b>				
<b>Ativos e passivos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>Acima de 2 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e bancos	161	-	-	161
Aplicações	-	-	23.886	23.886
Títulos e créditos a receber	68	-	-	68
<b>Total de ativos</b>	<b>229</b>	<b>-</b>	<b>23.886</b>	<b>24.115</b>
Contas a pagar	205	-	-	205
Provisões técnicas - capitalização	5.596	4.954	224	10.774
<b>Total de passivos</b>	<b>5.801</b>	<b>4.954</b>	<b>224</b>	<b>10.979</b>

<b>31/12/2021</b>				
<b>Ativos e passivos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>De 1 a 2 anos</b>	<b>Acima de 2 anos</b>	<b>Total</b>
Caixa e bancos	105	-	-	105
Aplicações	-	-	23.184	23.184
Títulos e créditos a receber	475	-	-	475
<b>Total de ativos</b>	<b>580</b>	<b>-</b>	<b>23.184</b>	<b>23.764</b>
Contas a pagar	19	-	-	19
Provisões técnicas - capitalização	5.742	5.060	229	11.031
<b>Total de passivos</b>	<b>5.761</b>	<b>5.060</b>	<b>229</b>	<b>11.050</b>

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

**4.2.1. Risco operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal e *compliance*.

A Companhia cessou a comercialização de planos de capitalização e, atualmente, se dedica à administração da sua carteira de clientes ativos e provisões técnicas relacionadas em run off, na forma do plano de negócio

## Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

submetido e aprovado pela SUSEP. Por esse motivo, o esforço na gestão de riscos operacionais dessa empresa foi reduzido frente ao pequeno escopo na frequência e exposição dos riscos identificados.

### 4.2.2. Gestão de capital

A gestão de capital é um processo contínuo que visa garantir que a Companhia mantenha uma base de capital sólida e assim venha fazer frente aos riscos relevantes que possam afetar significativamente o seu negócio. Para tanto esse processo é estabelecido num planejamento atrelado aos objetivos estratégicos do Grupo Icatu e mantido com base em cenários de normalidade e estresse. A suficiência de capital é avaliada e mantida conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP.

## 5. Aplicações financeiras

### 5.1. Classificação por categoria, faixa de vencimento e nível

As quotas de fundos de investimentos estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia não contempla os investimentos financeiros classificados como equivalentes de caixa.

Segue demonstração da abertura da carteira:

30/06/2022				
	Taxas contratadas	De 13 a 60 meses	Valor contábil	Percentual das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>				
Letras financeiras do tesouro	SELIC	23.886	23.886	100%
<b>Total</b>		<b>23.886</b>	<b>23.886</b>	<b>100%</b>

31/12/2021				
	Taxas contratadas	De 13 a 60 meses	Valor contábil	Percentual das aplicações
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>				
Letras financeiras do tesouro	SELIC	23.184	23.184	100%
<b>Total</b>		<b>23.184</b>	<b>23.184</b>	<b>100%</b>

## Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 5.2. Movimentação dos instrumentos financeiros por categorias

Valor justo por meio do resultado	Total
<b>Saldo final em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>24.374</b>
(-) Resgates	(2.238)
(+) Rendimentos	1.048
<b>Saldo final em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>23.184</b>
(+) Aplicações	450
(-) Resgates	(1.034)
(+) Rendimentos	1.286
<b>Saldo final em 30 de junho de 2022</b>	<b>23.886</b>

### 5.3 Critérios adotados na determinação do valor justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs* de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

Nível 01	30/06/2022	31/12/2021
<b>I. Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado:</b>	<b>23.886</b>	<b>23.184</b>
Letras financeiras do tesouro	23.886	23.184
<b>Total</b>	<b>23.886</b>	<b>23.184</b>

## 6. Créditos tributários e previdenciários

Os impostos a recuperar, registrados no ativo circulante, são compostos de tributos apurados e lançados no sistema da Receita Federal do Brasil (RFB), que podem ser recuperados integral e imediatamente, dependendo da necessidade da Companhia, em R\$ 58 (R\$ 475 em 31 de dezembro de 2021).

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o “CPC 32 – Tributos sobre o lucro”.

**Vanguardacap Capitalização S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Apresentamos abaixo o quadro com os débitos e créditos tributários pelos montantes líquidos, quando de mesma natureza e jurisdição, sendo divulgados no ativo não circulante, na rubrica “Créditos tributários e previdenciários”.

	01/01/2021	Constituição	31/12/2021	Constituição	Reversão	30/06/2022
<b>Imposto de renda diferido</b>	<b>56</b>	<b>15</b>	<b>71</b>	<b>7</b>	<b>(51)</b>	<b>27</b>
Diferenças temporárias	56	15	71	7	(51)	27
<b>Contribuição social diferida</b>	<b>33</b>	<b>10</b>	<b>43</b>	<b>4</b>	<b>(31)</b>	<b>16</b>
Diferenças temporárias	33	10	43	4	(31)	16
<b>Total</b>	<b>89</b>	<b>25</b>	<b>114</b>	<b>11</b>	<b>(82)</b>	<b>43</b>

Os créditos tributários diferidos da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo originados exclusivamente de adições e exclusões temporárias, compostos em sua maioria, de provisões judiciais cíveis e fiscais. Os créditos tributários diferidos estão classificados no ativo não circulante.

Em 28 de abril de 2022 foi publicada a MP nº 1.115, que altera a Lei nº 7.689/1988, para majorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 15% para 16% a partir de 1º de agosto 2022 até 31 de dezembro de 2022. A Companhia avaliou e não identificou expectativa de baixa das provisões não dedutíveis até 31/12/2022 para sustentar a constituição do crédito tributário diferido.

A seguir, a composição dos créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias:

<b>Imposto de renda/Contribuição social</b>	<b>30/06/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Provisões cíveis	8	202
Outras receitas (atualização depósito judicial)	(9)	(4)
PIS - exigibilidade suspensa	15	12
COFINS - exigibilidade suspensa	95	76
<b>Total das provisões temporárias</b>	<b>109</b>	<b>286</b>
<b>Alíquota aplicada - IRPJ - 25%</b>	<b>27</b>	<b>71</b>
<b>Alíquota aplicada - CSLL - 15%</b>	<b>16</b>	<b>43</b>
<b>Total</b>	<b>43</b>	<b>114</b>

## 7. Provisões técnicas - capitalização

As provisões técnicas de capitalização estão classificadas no passivo circulante, quando são esperadas as respectivas exigibilidades dentro de doze meses seguintes à data das Demonstrações e são compostas da seguinte forma:

	<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>Amortizações/ Prescrições</b>	<b>Atualização monetária</b>	<b>Saldos em 30/06/2022</b>
Provisão para resgate de títulos vencidos	1.407	(84)	7	1.330
<b>Provisão para resgates</b>	<b>1.407</b>	<b>(84)</b>	<b>7</b>	<b>1.330</b>
Provisão de sorteios a pagar	9.624	(231)	51	9.444
<b>Provisão para sorteios</b>	<b>9.624</b>	<b>(231)</b>	<b>51</b>	<b>9.444</b>
<b>Total</b>	<b>11.031</b>	<b>(315)</b>	<b>58</b>	<b>10.774</b>

## Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos em 01/01/2021	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2021
Provisão para resgate de títulos vencidos	1.944	(538)	1	1.407
<b>Provisão para resgates</b>	<b>1.944</b>	<b>(538)</b>	<b>1</b>	<b>1.407</b>
Provisão de sorteios a pagar	9.912	(293)	5	9.624
<b>Provisão para sorteios</b>	<b>9.912</b>	<b>(293)</b>	<b>5</b>	<b>9.624</b>
<b>Total</b>	<b>11.856</b>	<b>(831)</b>	<b>6</b>	<b>11.031</b>

### 7.1. Análise de sensibilidade – capitalização

As análises de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Riscos de subscrição e Taxa de juros, e não impactaram significativamente o resultado e o patrimônio líquido.

As premissas consideradas no teste foram:

- I) **Riscos de subscrição:** Por se tratar de uma carteira em *run off* e sem títulos ativos, o risco de subscrição não é um parâmetro relevante para o resultado.
- II) **Taxa de juros:** Para a Taxa de Juros, um teste de aumento e redução de 1% na curva de juros (Estrutura a Termo das Taxas de Juros – ETTJ). Este teste apresentou impacto zero.

### 8. Garantia das provisões técnicas

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Provisões técnicas - capitalização:</b>	<b>10.774</b>	<b>11.031</b>
<b>Total a ser coberto</b>	<b>10.774</b>	<b>11.031</b>
<b>Ativos vinculados à cobertura de reservas</b>		
Letras financeiras do tesouro	23.886	23.184
<b>Total dos ativos vinculados</b>	<b>23.886</b>	<b>23.184</b>
<b>Excesso de ativos vinculados à cobertura de reserva</b>	<b>13.112</b>	<b>12.153</b>

### 9. Obrigações fiscais, depósitos judiciais e provisões judiciais

#### 9.1. Depósito judiciais e fiscais

O saldo de depósito judiciais fiscais estão classificados no ativo não circulante e são compostos conforme a seguir. Referem-se a mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a rubrica do ativo livre e prescrição.

	30/06/2022		31/12/2021	
	Cíveis	Fiscais	Cíveis	Fiscais
<b>Saldo inicial</b>	<b>4</b>	<b>83</b>	<b>-</b>	<b>44</b>
Adições	-	23	4	35
Atualização monetária	-	5	-	4
<b>Saldo Final</b>	<b>4</b>	<b>111</b>	<b>4</b>	<b>83</b>

## Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 9.2. Outras contas a pagar – Obrigações fiscais

No grupo “Outras contas a pagar” são registradas as obrigações fiscais em discussão judicial conforme composição subsequente:

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2021	Adições	Atualização monetária	Saldo em 30/06/2022
COFINS	40	33	3	76	15	4	95
PIS	7	5	-	12	2	1	15
<b>Total - Obrigações fiscais</b>	<b>47</b>	<b>38</b>	<b>3</b>	<b>88</b>	<b>17</b>	<b>5</b>	<b>110</b>

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão	Depósito judicial	Provisão
PIS/COFINS sobre o ativo livre (a)	16	15	95	95	111	110
<b>Saldo total 30/06/2022</b>	<b>16</b>	<b>15</b>	<b>95</b>	<b>95</b>	<b>111</b>	<b>110</b>

Tese	PIS		COFINS		TOTAL	
	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial	Provisão
PIS/COFINS sobre o ativo livre (a)	11	12	72	76	83	88
<b>Saldo total 31/12/2021</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>72</b>	<b>76</b>	<b>83</b>	<b>88</b>

(a) Trata-se de mandado de segurança (Lei 12.973/14) sobre a não incidência nas rubricas do ativo livre e prescrição.

### 9.3. Provisões judiciais

As provisões judiciais cuja probabilidade de perda é classificada como “provável” estão classificadas no passivo não circulante, conforme demonstrado a seguir:

Probabilidade de perda	de Quantidade	30/06/2022			31/12/2021			Causas Cíveis
		Valor estimado do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado	Valor provisionado	
Provável	2	8	8	2	202	202		
Possível	3	45	-	4	45	-		
Remota	1	29	-	1	25	-		
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>82</b>	<b>8</b>	<b>7</b>	<b>272</b>	<b>202</b>		

**Vanguardacap Capitalização S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Probabilidade de perda	30/06/2022			31/12/2021			Causas Fiscais
	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado	Quantidade	Valor estimado do risco	Valor provisionado	
Possível (a)	2	400	-	2	400	-	
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>400</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>400</b>	<b>-</b>	
<b>Total Geral</b>			<b>8</b>				<b>202</b>

(a) As provisões judiciais de causas fiscais trata-se de mandado de segurança que versa sobre a não incidência de PIS e COFINS sobre receitas de Ativo Livre e receita de prescrição.

A seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais cíveis:

Movimentação das provisões judiciais	Total
<b>Saldos em 01 de janeiro de 2021</b>	<b>177</b>
Atualização monetária	25
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>202</b>
Adições	5
Atualização monetária	(98)
Baixas	(101)
<b>Saldos em 30 de junho de 2022</b>	<b>8</b>

## 10. Patrimônio líquido

### 10.1. Capital social

Em 30 de junho de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, o capital subscrito e integralizado é de R\$ 12.000 representado por 12.000.000 ações ordinárias.

### 10.2. Reservas de lucros

Em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021, as reservas de lucros de R\$ 543 são compostas por:

- (i) Reserva legal de R\$ 260 que é constituída ao final do exercício com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.
- (ii) Reserva estatutária de R\$ 283 é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais.

**Vanguardacap Capitalização S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**10.3. PLA - Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital**

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432/2021, as Sociedades Supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), equivalente ao maior valor entre o capital base e o Capital de Risco (CR) respeitado os níveis de qualidade estabelecidos para cobertura do CMR conforme abaixo demonstrado:

- (i) no mínimo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 1,
- (ii) no máximo 15% (quinze por cento) do CMR serão cobertos por PLA de nível 3; e
- (iii) no máximo 50% (cinquenta por cento) do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e do PLA de nível 3.

	30/06/2022	31/12/2021
<b>Patrimônio Líquido (a)</b>	<b>13.337</b>	<b>12.543</b>
<b>Ajustes contábeis</b>	<b>(166)</b>	-
Ativos intangíveis (-)	(166)	-
<b>Subtotal PLA - nível</b>	<b>13.171</b>	<b>12.543</b>
PLA Nível I	13.128	12.428
PLA Nível III	43	115
<b>PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (c = a+b)</b>	<b>13.171</b>	<b>12.543</b>
<b>Capital Base (CB) (a)</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
Capital de Risco de Crédito	23	126
Capital de Risco - Mercado	10	11
Capital de Risco - Redução por correlação	(6)	(7)
Capital de Risco - Operacional	8	39
<b>Capital de Risco (CR) (b)</b>	<b>35</b>	<b>169</b>
<b>Capital Mínimo Requerido - CMR maior entre (a) e (b)</b>	<b>10.800</b>	<b>10.800</b>
Patrimônio líquido ajustado - PLA	13.171	12.543
<b>Suficiência de capital - R\$</b>	<b>2.371</b>	<b>1.743</b>
<b>Suficiência de capital (% da EC)</b>	<b>122%</b>	<b>116%</b>

## Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 11. Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos referentes às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado, são relativos a transações da Companhia com sua controladora e empresas ligadas.

Partes relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas		Despesas	
	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	31/12/2021	30/06/2022	30/06/2021	30/06/2022	30/06/2021
Icatu Seguros S.A.(Controladora) (a)	-	-	-	-	-	-	(1)	(17)
Icatu Capitalização S.A. (Ligada) (a)	-	-	-	-	2	-	-	(2)
Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda. (Ligada) (b)	-	-	(4)	(4)	1	-	(23)	(24)
Icatu Assessoria S.A. (Ligada) (a)	9	-	-	-	26	-	-	-
Icatu Serviços de Administração Previdenciária Ltda. (Ligada) (a)	-	-	-	-	1	-	-	-
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>(4)</b>	<b>30</b>	<b>-</b>	<b>(24)</b>	<b>(43)</b>

(a) Reembolsos de custos administrativos - referem-se a rateio de despesas comuns entre as sociedades do Grupo Icatu e são liquidados mensalmente, conforme estabelecido em instrumento particular de convênio assinado entre as partes.

(b) Valores referentes a taxa de gestão da Icatu Vanguarda Gestão de Recursos Ltda.

### 12. Detalhamento de contas da demonstração do resultado

#### 12.1. Custo de aquisição

	30/06/2022	30/06/2021
Despesas de remuneração performance mensal	(22)	(29)
<b>Total</b>	<b>(22)</b>	<b>(29)</b>

#### 12.2. Outras receitas operacionais

	30/06/2022	30/06/2021
Receita com prescrição de título	231	121
Despesas com provisões	203	(2)
<b>Total</b>	<b>434</b>	<b>119</b>

#### 12.3. Despesas administrativas

	30/06/2022	30/06/2021
Pessoal próprio	(4)	(6)
Serviços de terceiros	(192)	(84)
Localização e funcionamento	(6)	-
Publicações	(50)	(31)
Outras despesas administrativas	(1)	(4)
<b>Total</b>	<b>(253)</b>	<b>(125)</b>

**Vanguardacap Capitalização S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**12.4. Despesas com tributos**

	30/06/2022	30/06/2021
COFINS	(37)	(10)
PIS	(6)	(2)
Taxa de fiscalização	(78)	(47)
<b>Total</b>	<b>(121)</b>	<b>(59)</b>

**12.5. Resultado financeiro**

	30/06/2022	30/06/2021
<b>Categoria - valor justo por meio do resultado</b>		
Títulos de renda fixa	1.286	267
Outras receitas financeiras	115	1
<b>Total – receitas financeiras</b>	<b>1.401</b>	<b>268</b>
<b>Categoria - valor justo por meio do resultado</b>		
Títulos de renda fixa	-	(40)
Atualização monetária sobre provisões técnicas - capitalização	(58)	-
Outras despesas financeiras	(76)	(77)
<b>Total – despesas financeiras</b>	<b>(134)</b>	<b>(117)</b>
<b>Total</b>	<b>1.267</b>	<b>151</b>

### Vanguardacap Capitalização S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

### 13. Conciliação do imposto de renda e da contribuição social

O IRPJ e a CSLL, calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:

	30/06/2022		30/06/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos impostos e participações	1.305	1.305	57	57
Participações nos lucros	(1)	(1)	(2)	(2)
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>1.304</b>	<b>1.304</b>	<b>55</b>	<b>55</b>
<b>ADIÇÕES</b>	<b>123</b>	<b>123</b>	<b>33</b>	<b>33</b>
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	8	8	18	18
Outras provisões	5	5	2	2
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	110	110	13	13
<b>EXCLUSÕES</b>	<b>(299)</b>	<b>(299)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>
Contingências trabalhistas, cíveis e fiscais	(202)	(202)	-	-
Tributos e contribuições em questionamento judicial	(9)	(9)	(1)	(1)
Tributos e contribuições com exigibilidade suspensa	(88)	(88)	-	-
<b>Resultado ajustado</b>	<b>1.128</b>	<b>1.128</b>	<b>87</b>	<b>87</b>
<b>Alíquotas oficiais</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%</b>	<b>15%+10%</b>	<b>15%</b>
Despesas com IRPJ/CSLL	(270)	(169)	(13)	(13)
Reversão da provisão de créditos tributários	(44)	(27)	8	4
<b>Despesas com IRPJ/CSLL</b>	<b>(314)</b>	<b>(196)</b>	<b>(5)</b>	<b>(9)</b>
Alíquota efetiva - Resultado antes dos impostos	24,0%	15,0%	9,0%	16,0%

Com a aprovação da MP nº 1.115, a alíquota da CSLL passará de 15% para 16% a partir de 1º de agosto de 2022.

### 14. Comitê de auditoria

Em atendimento à Resolução CNSP nº 432 de 12 de novembro de 2021, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo Grupo Icatu, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações de 30 de junho de 2022 da Icatu Seguros.



**Vanguardacap Capitalização S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2022 e 31 de dezembro de 2021 e para os semestres findos em 30 de junho de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

---

**Vanguardacap Capitalização S.A.**

**CNPJ: 11.467.788/0001-67**

**Diretores**

Luciano Snel Corrêa  
César Luiz Salazar Saut  
Alexandre Petrone Vilardi  
Marcio de Moraes Palmeira

**Contador**

Ivandro de Almeida Oliveira  
CRC RJ 076168/O-7

**Atuária**

Lígia de Abreu Sodré Pires  
MIBA nº 1394